

Local: ASCT

Data: 07 e 08 de abril de 2019

ENTIDADES PRESENTES: AFINCA, ASCON-RIO, ASSEC-RJ, ASSEC-PC-GO, SINDCT, SINDSEP-AM e SINDSEP-PE

1 – Reunião com a SEXEC/MCTIC

Foi conduzida reunião de discussão, no âmbito do MCTIC, da ON 4, com a participação e técnicos que participaram do GT de elaboração da ON 4 e de dois outros indicados pelo Fórum de C&T. O grupo do GT reiterou a postura da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia (antiga SGP/MPDG) de que a ON 4 estaria em conformidade com a legislação vigente e que, portanto, não necessitaria ser modificada. Por sua vez, os dois técnicos da representação do Fórum de C&T apontaram os principais pontos de divergência legal, inclusive reafirmando o caráter de lei das normas emitidas pela CNEN. Foi afirmado que a ON 4 não tem sustentação jurídica, motivo pelo qual as entidades vêm obtendo a continuidade dos adicionais laborais por meio de liminares.

O secretário adjunto, Carlos Alberto Batistucci, propôs que o Fórum de C&T produza um documento que suporte ação do MCTIC à AGU, para que esta se pronuncie e oriente as ações cabíveis, se for o caso, a revisão do regulamento.

Foi acertado que o Fórum apresentaria minuta no prazo de dez dias, para que o jurídico do MCTIC contribua em conteúdo. A provocação formal do assunto será a partir da presidência da CNEN junto ao MCTIC, que encaminharia ao jurídico da Economia. Foi acordado o prazo de 10 dias para apresentação da minuta. A SEXEC comunicaria estes encaminhamentos à presidência da CNEN.

A AFINCA questionou sobre a questão da exposição a agentes biológicos. Foi afirmado que se poderia fazer um encaminhamento semelhante ao proposto através do Ministério da Saúde.

Nessa reunião, o secretário adjunto da SEXEC comunicou que o Ministro Marcos Pontes conseguiu reverter parte do contingenciamento orçamentário do MCTIC, garantindo a dotação orçamentária original das Unidades de Pesquisa. Alertamos que, mesmo assim, a dotação orçamentária é insuficiente face as necessidades financeiras das instituições.

2 – Audiência pública na CCTIC da Câmara

Em audiência pública presidida pelo Deputado Félix Jr., da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicação da Câmara, o ministro Marcos Pontes confirmou a reversão do contingenciamento e afirmou que as prioridades orçamentárias buscaram proteger três áreas: dotações das Unidades de Pesquisa, do CNPq e Projeto Sirius.

Os deputados, em sua maioria, questionaram as medidas de cortes de verbas da C&T e da formação de recursos para a área, bolsas de pós-graduação, as quais admitiu a necessidade de atualização de valores, que estão congelados à 6 anos.

Voltou a tratar da questão do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas e exploração comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara, nas questões abrangentes, soberania nacional, viabilidade comercial e dificuldades.

Afirmou novamente que o Centro Espacial de Alcântara – CEA teria potencial comercial para movimentar 1% do mercado global, de US\$ 350 bilhões, que, em expansão, pode alcançar a cifra de US\$ 1 trilhão até 2040. Segundo o ministro, o CEA poderia, então, movimentar até US\$ 10 bilhões. Citou a renda per capita de US\$ 17 mil de Kourru e insinuou que isto poderia acontecer também no entorno de Alcântara. O ministro incorre em erro da ordem de três zeros, pois o mercado atual de lançamentos, alvo comercial do CEA, não alcança US\$ 6 bilhões; 1% desse mercado, seguindo o raciocínio dele, seria, portanto, US\$ 66 milhões. Questionado pelo deputado David Miranda, disponibilizou-se a atendê-lo particularmente, não respondeu. O Fórum de C&T entregou expediente sobre os problemas gerais da C&T ao Deputado David Miranda, disponibilizando-se a também encaminhar mais dados sobre a questão do CLA.

O Deputado José Ricardo Wendling - PT/AM fez boa exposição da situação crítica pela qual passa a C&T e também clamou ao Ministro Marcos Pontes que receba a representação dos servidores dos institutos públicos de pesquisa (Fórum de C&T). O Ministro admitiu que ainda não recebeu o Fórum de C&T, mas que a representação tem sido recebida mensalmente pela SEXEC.

3 – Outras atividades no Congresso Nacional

O Fórum de C&T reuniu-se com o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) de quem recebeu informes da formação da Frente Parlamentar Mista de C&T, que segundo ele, estará constituída em breve. Afirmou também que está sendo encaminhada a realização de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado sobre o esvaziamento de recursos humanos e materiais dos institutos públicos de pesquisa tecnológica.

O Fórum também entregou expediente ao Deputado Carlos Veras, que propõe articulação de audiência pública similar à supracitada, conjunta, das Comissões do Trabalho e da Ciência e Tecnologia, uma vez que já foi proposto requerimento nessa última pelo Deputado Félix Mendonça Jr.

4 – Deliberações

Ficou estabelecida a inclusão de convocatória do Fórum de C&T para participação na próxima Reunião Anual da SBPC.

Ficou estabelecida a participação formal no ato do coletivo de C&T agendado para o próximo dia 18 de maio, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro.



Ivanil Elisiário Barbosa – Relator

Anexo: Convocatória de próxima reunião



ANEXO 1 – Convocatória de próxima reunião



São José dos Campos, 17 de maio de 2019

CONVOCATÓRIA PARA PRÓXIMA REUNIÃO DO FÓRUM DE C&T

O Fórum de C&T convoca as entidades associativas sindicais para reunião do coletivo nos dias 4 e 5 de junho de 2019.

Local: Sede da ASCT (a confirmar)

Pauta:

1. Informes das entidades;
2. Diligências ao Congresso Nacional em busca de apoio parlamentar;
3. ON 4 e os cortes dos adicionais ocupacionais;
4. Outras matérias apresentadas pelas entidades.

O Fórum de C&T orienta as entidades a comprar passagens e hospedagem para participação na Reunião Anual da SBPC, o quanto antes, em função de disponibilidades e preços. Posteriormente se discutirão as oportunidades de manifestações no evento.

SindCT – Secretaria do Fórum de C&T